

Elite Provincial e Ordem Equestre na Época do Principado

Alex Aparecido da Costa (Graduação – UEM)

Resumo: O presente artigo faz parte dos resultados obtidos ao longo de uma pesquisa voltada para a análise do modelo ideal de príncipe durante a época do Principado romano. Em tal estudo buscamos, por meio da análise do *Panegírico de Trajano*, de Plínio, o Jovem, entender de que maneira a mentalidade dos homens do Alto Império esboçava a figura de um governante que atendesse as demandas do período tendo nas mãos o poder absoluto, situação que, embora fosse necessária, era execrada pela tradição romana. Dessa forma constituiu-se um quadro no qual a atuação do príncipe demandava uma busca de equilíbrio constante onde as tradições da ordem senatorial buscavam se perpetuar diante do poder imperial. A contextualização preliminar impôs o estudo dos personagens centrais do tema abordado na pesquisa: Caio Plínio Cecílio Segundo, mais conhecido como Plínio, o Jovem, e o imperador Trajano. Tal estudo apontou a importância da atuação dos estratos sociais originários de Trajano e Plínio na época do Principado. O primeiro ocupa uma posição original, proveniente da Bética, região da província romana da Hispânia, foi o primeiro imperador não italiano. Seu caso é sintomático e enquadra-se no processo de extensão dos direitos políticos aos habitantes das províncias que conquistavam cada vez mais importância. Já o segundo tem sua relevância decorrente de sua carreira ser um exemplo da crescente incorporação de elementos da ordem equestre nas altas posições administrativas da gestão imperial e de sua admissão posterior na ordem senatorial. A ascensão das elites provinciais e da ordem equestre está no cerne da constituição do Principado. A expansão imperial romana foi a contradição que destruiu o regime republicano na medida em que demandou um governo mais centralizado e ao mesmo tempo apoiado no escol superior de cada região incorporada. Dentro dessa dinâmica a elite provincial Hispânica assinalou sua importância com a primazia de ter um de seus elementos, na pessoa de Trajano, alçado ao topo do poder após uma brilhante carreira militar. A ordem equestre por sua vez estabeleceu-se dentro do governo imperial guiada pelos imperadores desde Augusto como contraponto ao poder e à influência da ordem senatorial ainda apegada aos antigos valores republicanos e por isso elemento de oposição ao príncipe. Nesse sentido os cavaleiros estabeleceram-se como uma aristocracia administrativa fiel ao novo regime, situação na qual o caso exemplar é o de Plínio, que além de trilhar o *cursus honorum* serviu ao imperador Trajano em cargos como prefeito do tesouro, curador do Tibre, foi por ele nomeado cônsul e também governador da Bitínia. Os principais resultados dessa parte da pesquisa, que originou este artigo, ofereceram as conclusões de que o processo de expansão romano demandou uma participação política cada vez maior por parte de elementos que durante a República encontravam-se alheios ao poder. O Principado, na sua constante busca para consolidar-se, teve de encontrar sustentação em elementos que representavam a nova realidade, que já não era aquela da República alicerçada nas tradições senatoriais. A essa demanda a elite provincial e a ordem equestre foi capaz de responder, em favor do Império e em nome de seu próprio interesse.

Palavras-chave: Trajano, Plínio, o Jovem, Principado, elite provincial, ordem equestre.

O Alto Império, período compreendido entre fins do século I a. C. e meados do século II d. C., é considerado como a época em que Roma alcançou seu apogeu, atingindo máxima extensão geográfica ao mesmo tempo em que gozou de um tempo de paz relativa no seu interior e também em suas fronteiras (ALFOLDY, 1989). É nesse período áureo que a elite provincial e a ordem equestre alcançaram posição de destaque dentro da política romana. A trajetória da primeira é longa e remonta aos tempos da República, quando Roma iniciou a conquista da península itálica, processo que foi facilitado porque:

Roma, surgida de uma união de povos, sabia conviver com as diferenças e adotava, por vezes, uma engenhosa tática para evitar a oposição e cooptar possíveis inimigos: incluir membros das elites de povos aliados na órbita romana, com a concessão de direitos totais ou parciais de cidadania. Assim, havia povos que se aliavam aos romanos e seus governantes tornavam-se seus amigos (FUNARI, 2002, p. 86).

Dito de outra forma os romanos, que originalmente eram uma miscelânea de povos, estavam capacitados a conviver com as diferenças das populações conquistadas, principalmente quando a integração significava a manutenção de poder sobre os novos territórios. Esse costume cultural marcou a história da família do imperador Trajano, originária da Úmbria e que posteriormente se fixou na Bética, região da Hispânia, que teve como primeiro elemento a alcançar o *status* senatorial Marco Úlpio Trajano, cônsul em 69/70 d. C. (BOWDER, 1980). Consideremos ao lado disso a tese de Canto (apud. BLÁZQUEZ, 2003), que a partir de um estudo filológico do *Epítome de Caesaribus* defende a origem vinculada à elite hispânica do ramo paterno da família do imperador, enquanto que o ramo materno seria proveniente da Itália. O que não invalida o que argumentaremos a seguir, antes disso confirma integração entre a elite itálica romanizada com a nobreza hispânica local.

Essa trajetória oferece um exemplo característico do processo de expansão e aculturação romana, e pode ser escandida em três etapas. Na primeira a família de Trajano apresenta-se como elemento da elite Úmbria cooptados pelos romanos, hábito descrito por Funari (2002), como medida para incluir possíveis inimigos autóctones no círculo de influência de Roma. Na segunda, quando se transferem para a Bética, figuram como elementos de difusão da cultura romana na Hispânia, repetindo a etapa anterior agora no papel de conquistadores, e finalmente na terceira etapa, a que mais nos interessa, um membro da família, o pai de Trajano, entra para o Senado e no curto espaço de uma geração outro membro, o próprio Trajano, torna-se imperador.

Deixando de lado a primeira e a segunda etapa da ascensão da família do imperador, que dista muito no tempo do tema aqui tratado, voltaremos nossa atenção para a última que nos oferece implicações muito mais decisivas. Nesse ponto a ascensão de Trajano é notável por sua rapidez, muito embora as qualidades do novo imperador tenham atuado em sua escalada rumo ao poder elas não dão conta de todo o processo. Este deve ser compreendido a partir de um quadro mais amplo que, iniciando-se na fase final da República, se intensificou na época do Principado, trata-se da:

integração das províncias e dos seus habitantes no Estado e na ordem social romana e teve como consequência o fato de as populações da maior parte das províncias adquirirem o estatuto de “romanos” (no sentido de um modelo social específico), o que se traduziu na gênese de uma ampla aristocracia imperial, cada vez mais homogênea, e num reforço da coesão das elites locais, juntamente com uma assimilação de camadas mais vastas da população (ALFOLDY, p. 110-111, 1989).

Outro autor, contrapondo o tratamento anteriormente dispensado às províncias, nos aponta interpretação semelhante do processo:

Impossível negar que, sob a República, as províncias são muitas vezes pilhadas por seus governadores. Contudo, a partir de I a. C., instala-se um fenômeno que

haveremos de estudar mais adiante em toda sua amplitude: o fenômeno da “clientelização” das conquistas, cujo efeito será o de temperar esses desregramentos, constituindo um poderoso fator de integração dos territórios incorporados à comunidade romana (ROULAND, 1997, p. 110).

Antes de nos determos sobre as afirmações de Alföldy e Rouland convém expor mesmo que de maneira sintética a que se deveu e o que era essa nova forma de governo que denominou-se Principado. Nos tempos da República, período compreendido entre fins do século VI a. C. e fins do século I a. C., Roma era uma cidade controlado por um aristocracia municipal que detinha todos os poderes, essa elite, que pode ser representada sob o nome de ordem senatorial, baseava sua importância na posse de terras e no controle dos principais cargos religiosos, políticos e jurídicos. Agrupados com a designação de magistraturas esses cargos eram colegiados e limitados no tempo por períodos de um ano, esse sistema visava evitar a concentração de poder nas mãos de uma única pessoa por muito tempo, pois os romanos temiam que o fortalecimento pessoal de um único indivíduo acarretasse uma séria ameaça à República e ao seu povo. No entanto, apesar das precauções tomadas pela ordem senatorial um regime centralizado com os poderes concentrados nas mãos de um único indivíduo impôs-se. Mas como ele conseguiu emergir mesmo a despeito das barreiras imposta em seu caminho?

O regime pessoal nasceu de causas longínquas e necessidades profundas. Podemos resumi-las em uma palavra: a conquista. Chegou um momento em que Roma, esta cidade que, por um destino único, conquistara o mundo, teve que escolher entre a manutenção suas instituições tradicionais e a conservação de seu império (HOMO, p. 243-244, 1950).

Um dos dados mais conhecido sobre Roma é seu caráter conquistador, antes mesmo da época imperial propriamente dita o processo de conquista era o fator mais importante de seu desenvolvimento, trazendo consigo a destruição da ordem republicana e abrindo caminho para o estabelecimento do Principado. Ocorria que os cônsules, detentores do comando dos exércitos enfrentavam campanhas cada vez mais longas, o que demandava a prorrogação de suas funções. A frente de exércitos que lhe eram obedientes, pois o sucesso de cada soldado dependia de próprio sucesso os cônsules vitoriosos sentiram-se capazes de desobedecer a ordem estabelecida, o que levou Roma às guerras civis. Ao final de um século de lutas Otaviano, o último vitorioso das guerras civis, investido de irresistível poder militar, soube equilibrar a balança entre seu poder e as tradições da República. Otaviano, doravante chamado Augusto, foi aceito pela aristocracia senatorial como *princeps*, o primeiro cidadão, que apesar de acumular todos os poderes cobria-os com um véu constitucional que satisfazia a mentalidade republicana persistente. O próprio Augusto explica nos *Res gestae divi Augusti* a pretensa abnegação de seu governo, que também caracterizaria o de seus sucessores:

Não aceitei a ditadura que me foi oferecida pelo povo e pelo Senado. Não aceitei tampouco o consulado anual e vitalício, apesar de me ser oferecido. Anuindo o Senado e o povo romano em que eu fosse nomeado sozinho curador das leis e dos costumes, com poder ilimitado, não aceitei magistratura alguma que contrariasse as instituições dos antepassados. Fui príncipe do Senado durante quarenta anos, até o dia em que escrevi essas memórias (PINSK & PINSK, 2003, p. 64)

É sob esse novo tipo de governo que Roma atravessou o Alto Império, e é sob ele que ocorre a integração das províncias ao Estado romano. O grande desenvolvimento provincial acarretou um deslocamento da importância do eixo econômico do império, que se transferiu da Itália para as províncias, principalmente as ocidentais (ALFOLDY, 1989), onde a pujança nas áreas agrícolas, na produção de mercadorias e no comércio levou os romanos a estenderem às elites dessas áreas os direitos de cidadania que anteriormente foram alargados de Roma para a Itália. Dessa forma, as províncias, ao alcançar maior importância econômica, fez com que seus habitantes eminentes alcançassem também direitos de cidadania que

anteriormente era privilégio dos romanos e italianos. Essa equiparação jurídica fez com que as elites provinciais adentrassem no círculo da aristocracia romana. Mas levando em consideração a natureza do Principado não se tratava de uma simples fusão de elites, era também uma forma com a qual o novo governo superava as amarras do antigo regime municipal e começava a constituir o governo imperial integrando a ele uma gama cada vez mais vasta de população. Além disso, se no Alto Império a integração das províncias era feita sob a autoridade do príncipe isso significava uma ampla base de apoio de elementos novos que a um só tempo figuravam como grupos fiéis ao imperador e como agentes diluidores do ranço republicano ao poder imperial.

Assim como a trajetória da família de Trajano foi apontada como exemplo da romanização e da importância alcançada pelas elites provinciais, a ascensão de Trajano ao Principado demonstra o quanto aquelas regiões com seus representantes tinham poder de atuar nas decisões em momentos críticos da política romana, isso pode ser apontado pois,

Se ha supuesto que el influjo del hispano L. Licinio Sura, que fue la mano derecha de Trajano durante su gobierno, estuviera en la decisión tomada por Nerva. Ésta es la tesis, bien documentada y muy aceptable, que presentan A. Canto y P. González Conde (BLÁZQUEZ, 2003, p. 42).

Dessa forma, a novidade de um não italiano no governo do Império só foi possível devido à escalada de importância econômica das províncias, o que trouxe consigo a possibilidade de seus habitantes equipararem-se juridicamente como cidadãos habilitados a participar da política romana. Mas o Principado não demandou apenas apoio aos elementos provinciais anteriormente externos aos assuntos políticos do império, ele necessitou também de amparo de elementos que historicamente já eram detentores da cidadania romana.

Na época do império o príncipe via seu poder rivalizar com a tradição senatorial, isso consistia em uma barreira para o novo tipo de administração centrada no *princeps*, contrária à anterior, onde o poder, ainda que concentrado dentro do Senado era dividido entre os magistrados eleitos dentre eles. Para entendermos essa oposição precisamos conhecer a ordem senatorial. Esse grupo representava uma parcela mínima entre os romanos, era uma camada terra tenente muito estreita, rica e poderosa, que detinha para si os cargos mais importantes da administração romana durante a República. Esse nível de isolamento além de econômico e político era também mental, o que para eles justificava sua perpetuação na direção dos destinos romanos. Seguindo a linha de análise de Rouland (1997), desde a formação da cidade de Roma os pastores, os patrícios, que aí habitavam se utilizaram de diversos métodos para manter as prerrogativas do comando. Quando os novos moradores, os plebeus que no futuro constituiriam a massa urbana, vieram somar-se a eles atraídos pelas possibilidades comerciais que a cidade oferecia os pastores, que na época da República e do Principado corresponderão à ordem senatorial senão na sua constituição humana, mas certamente na sua mentalidade, foram mantidos afastados da justiça, pois somente os patrícios sabiam proferir as fórmulas religiosas que tinham o poder de sacramentar os acordos sob a autoridade da lei. No plano político manipulavam em seu favor os comícios e aí também mantinham a massa da população alijada das decisões mais importantes. Mas essas formas de controle não são simplesmente o retrato da face mesquinha de uma ordem social, antes disso, elas refletem o juízo que os senadores faziam de si mesmo ao longo do tempo, o de que apenas eles eram capazes de fazer a ponte entre os deuses e os homens e assim administrar os destinos da *res publica*.

Essa mentalidade era a base a manutenção da República, e quando ela foi confrontada com um regime centralizado, cujo detentor do poder apoiava-se nas camadas populares, reagiu de maneira radical que pode ser exemplificada pelo assassinato, levado a cabo por um grupo de senadores, de Julio César em 44 a. C. Mas a necessidade de outro modelo de

governo se impôs e o Senado foi obrigado a aceitar nova realidade. Entretanto não cedeu completamente, o *princeps*, embora senhor absoluto do poder devia revesti-lo de um verniz constitucional que agradasse aos senadores. Mas os príncipes também tomaram providências para amainar o ranço senatorial contra o novo regime. Entre essas providências podemos destacar a tomada por César de aumentar o número de seus componentes, tal medida vinha na esteira de Sila que dobrou o número que era de trezentos, César por sua vez o triplicou-o. Como vimos acima, a respeito da família da Trajano, a cúria foi complementada e diluída em sua antiga constituição por elementos originários das províncias. Mas as medidas iam além de combater a oposição no próprio interior do senado, tratou-se também elevar outra ordem importante nesse novo cenário.

O Principado, para a administração do império buscou apoio dos *novi homines*, oriundos da ordem eqüestre, eles se tornariam pontos de apoio importantes para o Estado, e sua atuação traria à sua ordem uma consciência de classe alinhada ao regime, “uma classe que se transformou na aliada dos imperadores, no instrumento do estatismo, na plataforma giratória da romanização” (PETIT, 1989, p. 243). A importância da ordem eqüestre aparece em mais um autor:

Isso é mais verdadeiro ainda quando se trata das funções mais importantes, que dependem diretamente do imperador. Sabemos de fato que ele era encarregado de praticamente de toda a administração do território: para cumprir essa tarefa, não costumava se dirigir aos senadores que estão teoricamente acima, mas aos homens da classe inferior, dos cavaleiros: são os procuradores que dirigem os gabinetes onde se centraliza a política imperial; são vários delegados, que dirigem em nome do príncipe os grandes serviços da administração, polícia política (prefeito do pretório), polícia urbana, abastecimento, etc., ou são encarregados de certas províncias importantes (MICHEL, p. 44-45, 1969).

Esse era um caminho lógico a seguir, o de integrar os cavaleiros ao governo do Principado, afinal a ordem senatorial demonstrou sua ineficiência administrativa pautada na manutenção das instituições republicanas e no seu caráter excludente, próprio de uma aristocracia de nascimento. Mas mesmo antes do Principado esta ordem já padecia de um mal próprio de sua constituição. O Senado romano era tão fechado que viu suas fileiras diminuir, diante disso capitulou, e para se renovar foi obrigada a admitir em seu seio elementos da ordem eqüestre. Aqui vemos se repetir a situação de 445 a. C. quando a *Lex Canuleia* permitiu que patrícios decadentes contraíssem matrimônio com plebéias cuja família estivesse em ascensão. Em ambos casos vemos como um estrato social superior se beneficia de um inferior que se equipara a ele pela condição econômica. Assim o senado Romano admitia em sua ordem os cavaleiros enriquecidos e bem relacionados cuja posição lhes trouxesse vantagem.

A ascensão dos cavaleiros dentro do estado bem como sua penetração na ordem senatorial era advinda de sua crescente importância dentro da sociedade romana. Os príncipes não ignoraram essa importância e incorporaram os mais hábeis na administração do império aproveitando-se do encolhimento do Senado.

O imperador preenche esses vazios nomeando um Senado de “homens novos”. Estes provêm exatamente daquelas elites provinciais que desejaram profundamente o regime imperial. Entre 68 d. C. e 96 d. C., o percentual de senadores italianos passa de 83% para 76%, e o dos senadores provinciais avança de 16,8% para 23%, e entre estes contam-se 75% de ocidentais e 15% de orientais. Esse novo contingente constituirá para o imperador um apoio político muito mais seguro: o Senado passará a ser um instrumento dócil às suas vontades. É dentre seus quadros que ele escolherá os governadores das províncias, os superintendentes das legiões e os chefes dos grandes serviços públicos (ROULAND, 1997, pp. 367-368)

A citação comporta o exemplo tanto da família de Trajano ao apontar o crescimento de provinciais no Senado, quando de Plínio que também fará parte dos quadros administrativos do império. Convém lembrar que Plínio, apesar de não ser propriamente um provincial, também desfrutou da crescente renovação senatorial. Em relação ao autor do *Panegírico* é importante ressaltar que foi a partir de Domiciano e com Trajano e Adriano que os cavaleiros tomam seus lugares nas altas posições (PETIT, 1989), esta é uma informação importante dada a atuação política de Plínio sob os dois primeiros imperadores citados. Antes de enumerarmos as posições ocupadas pelos *équites* nos quadros do príncipe cabe aqui apresentar a ordem eqüestre.

Segundo Alföldy (1989), o *ordo equester* comportava uma população superior a senatorial, número que cresceu ainda mais com a admissão de provinciais durante o Alto Império. Consistia em um grupo heterogêneo devido à diversidade de origem geográfica e socioeconômica, porém adotavam o estilo de vida senatorial, principalmente aqueles estavam a serviço do Estado, o mesmo autor lembra ainda que a ordem eqüestre não era uma nobreza hereditária como a ordem senatorial, o indivíduo era aceito na ordem devido à sua ascensão social via enriquecimento.

Havia entre eles grandes comerciantes, e grandes empresários e banqueiros, como por exemplo Cornélio Senécio, que segundo Séneca recorria a todos os meios de ganhar dinheiro, inclusive ao contrato para a cobrança dos direitos alfandegários, usual entre os cavaleiros (*Ep.*, 101,1 sgs.). De uma maneira geral, os membros da ordem eqüestre estavam mais interessados que os senadores noutras fontes de rendimento para além da terra, embora esta continuasse a ser a principal fonte para eles também (ALFOLDY, 1989, p. 139).

Durante o Império, quando a serviço do estado os cavaleiros ocupavam cargos na administração urbana, aqueles que optavam pelo *cursus honorum* poderiam alcançar o cargo de procurador. No exército romano um cavaleiro iniciava sua carreira comandando pequenos contingentes, a evolução do número de seu comandados acompanhava a de sua patente que passava, por exemplo, de tribuno da legião à comandante de corpo de cavalaria. O autor destaca que os melhores cavaleiros poderiam elevar-se ao cargo de *procurador augusti* e governar províncias menores - caso exemplar em que se encaixa Plínio, o Jovem, que ocupou cargos importantes sob o principado de Trajano e terminou sua carreira encarregado por ele do governo da província oriental da Bitúnia. Para complementar a exposição da escalada da ordem eqüestre dentro da nova realidade romana cabe lembrar que nas posições mais altas do império, desempenhadas por cavaleiros estes chegavam desfrutar de um status similar ao dos senadores, equiparando-se a eles neste ponto. Dentro desse novo posicionamento eqüestre é que está colocado Plínio o jovem, pois sua carreira política, sua ascensão à ordem senatorial e a posterior nomeação para o consulado vinculam-se de forma estreita com a organização política e social do Principado.

Caius Plinius Caecilius Secundus, mais conhecido como Plínio, o Jovem era oriundo da Itália setentrional, onde em 62 d. C. nasceu na cidade de Como. De origem eqüestre, ordem que era composta por indivíduos enriquecidos originariamente em ramos comerciais da economia e que posteriormente asseguravam sua posição adquirindo terras. Chastagnol (1992), chama a atenção para essa característica da ordem eqüestre lembrando que Plínio era oriundo da “burguesia” municipal de Como. A própria fortuna de Plínio era constituída de propriedades rurais espalhadas pela Itália, às quais eram muito bem administradas por ele (HARVEY, 1987). Foi advogado, profissão na qual demonstrou seu talento oratório. Em relação a sua carreira política foi tribuno militar, questor, cargo que significou sua ascensão à ordem senatorial, mas para essa elevação ao *ordo senatorius* concorreu também a sua adoção por parte de seu tio, adoção que lhe rendeu terras além das herdadas de seu pai e irmão mais

velho. Seu patrimônio foi aumentado também por seus três casamentos (CHASTAGNOL, 1992). Plínio foi também pretor, tribuno da plebe (SOUZA, 2010), prefeito do tesouro, curador do Tibre, *augur* e governador da Bitúnia entre 111 d. C e 113 d. C., provável data de sua morte. Situando dentro de nossa argumentação vida política de Plínio guarda um episódio que ilustra a relação de apoio imperial para com os cavaleiros, que certamente se enquadra no que descrevemos acima em relação à ascensão da sua ordem no governo do Principado. Por recomendação do imperador Domiciano, de quem era secretário, ele se torna *seuir* dos cavaleiros com 27 anos, antes de exercer a questura (CHASTAGNOL, 1992). O apoio imperial recebido por Plínio lhe permitiu pular etapas obrigatórias do *cursus honorum* e galgar as magistraturas mais altas. Sobre seu governo na Bitúnia, já no tempo de Trajano, lembramos que essa província, situada no norte da Ásia Menor, era até 111 d. C. senatorial, a partir desse ano passou às mãos do príncipe, passando a ser administrada por meio dos legados imperiais, *legatus augusti*, Plínio foi o primeiro deles (PETIT, 1989). Esse dado apresenta-se também como um exemplo da atuação dos cavaleiros no governo imperial, pois a Bitúnia, ao passar da jurisdição senatorial para a jurisdição imperial recebeu do imperador Trajano como governador Plínio, um senador de origem eqüestre que ascendeu dentro da dinâmica do Alto Império, um elemento característico do novo modelo de governo, que atuou em apoio e em dependência do Principado.

Diante do que foi exposto pudemos perceber que a elite provincial e a ordem eqüestre cresceram em importância dentro da sociedade romana mesmo antes do advento do período do Alto Império. A primeira despontou com a inserção de seus contingentes nos direitos de cidadania romana na medida em que as províncias conquistavam importância econômica, a segunda foi chamada a atuar no cenário político da República como elemento de recomposição da ordem senatorial. Ambos os processos tornaram-se mais agudos com o advento do Principado, pois o advento desse modelo de governo ratificou velhas e imprimiu-lhes novas motivações. A ascensão da elite provincial representou o reconhecimento de sua influência dentro do império e a derrubada da preponderância da oligarquia de Roma, ilustrando assim a passagem do regime municipal para um governo imperial ciente das contribuições provinciais para sua grandeza. A elevação eqüestre justificou-se como ponto de apoio do novo regime devido ao seu caráter mais dinâmico próprio de um grupo mais ligado às atividades comerciais em oposição à mentalidade agrária senatorial, embora receptivos às tradições dessa ordem os cavaleiros estavam mais dispostos a aceitar e contribuir com a administração do Principado.

Referências Bibliográficas

Fonte impressa

SECUNDUS, Caius Plinius Caecilius. *Panegyrique de Trajan*. Tradução e comentários de Marcel Durry. Paris: Les Belles Lettres, 1972

Bibliografia

ALFÖLDY, Géza. *A história social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

BLÁZQUEZ, José Maria. *Trajano*. Barcelona: Ariel, 2003.

BLOCH, Léon. *Lutas sociais na Roma antiga*. São Paulo: Europa-América, 1974.

- BOWDER, Diana. *Quem foi quem na Roma antiga*. São Paulo: Art Editora, 1980.
- CARCOPINO, Jérôme. *Roma no apogeu do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CORASSIN, Maria Luiza. *Sociedade e política na Roma antiga*. São Paulo: Atual, 2001.
- COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins fontes, 1998.
- CHASTAGNOL, André. *Le senat romain à l'époque imperiale*. Paris: Les Belles Lettres, 1992.
- FINLEY, Moses. *Política no mundo antigo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Antiguidade Clássica: a história a partir dos documentos*. Campinas: Unicamp, 1995.
- _____ *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2002
- _____ *Roma: vida pública e vida privada*. São Paulo: Atual, 1994
- GIARDINA, Andrea. *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1992.
- GRIMAL, Pierre. *O império romano*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- HOMO, Léon. *Les institutions politiques romaines*. Paris: Albin Michel, 1950.
- MICHEL, Alain. *La philosophie politique à Rome d'Auguste à Marc Aurèle*. Paris, Armand Colin, 1969.
- PETIT, Paul. *A paz romana*. São Paulo: Pioneira, 1989.
- PINSK, Jaime & PINSK Carla B. (org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- ROULAND, Norbert. *Roma, democracia impossível?* Brasília: UNB, 1997
- VEYNE, Paul. *A sociedade romana*. Lisboa: Edições 70, 1993.